

O ensino da Psicologia no 2º grau

Sérgio A. Silva Leite

Professor de Psicologia na Universidade de Mogi das Cruzes e da Universidade Estadual de Campinas.

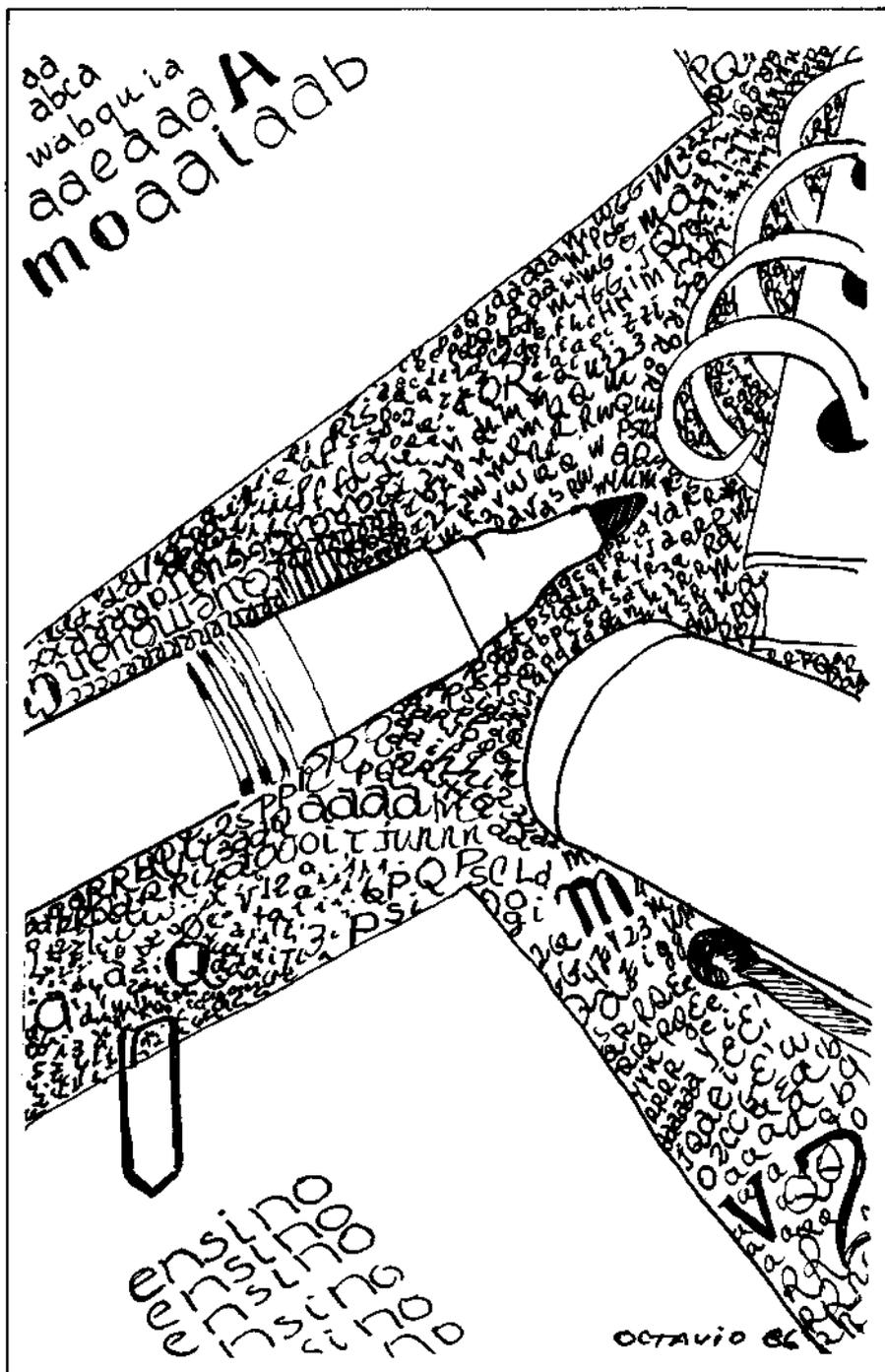
A volta das disciplinas da área de Ciências Humanas — Filosofia, Sociologia e Psicologia — ao ensino do 2º grau em São Paulo significa uma vitória contra a política educacional brasileira imposta a partir de 1964. Julgamos desnecessário neste momento aprofundar a análise dessa referida política, tarefa que já foi exaustivamente desenvolvida por vários estudiosos no assunto.

Entretanto, em termos de síntese, deve-se ressaltar que, historicamente, a política educacional brasileira sempre cumpriu duas funções básicas, quais sejam, servir de instrumento de transmissão da ideologia da classe dominante e garantir o processo de divisão de classes.

Após 64, além do fortalecimento dessas funções, um terceiro objetivo foi realçado: preparar a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento capitalista e criar o exército de reserva de trabalhadores, o qual passou a funcionar como mecanismo regulador de salários, em prol dos interesses da empresa.

Concretamente, tais medidas foram realizadas através de crescente atrelamento do sistema educacional ao poder do Estado e por medidas concretas (leis, portarias, pareceres etc.), cujas reais intenções geralmente são identificadas somente a partir de suas conseqüências observadas na realidade educacional, anos após sua implantação.

No caso do ensino de 2º grau, deve-se salientar que historicamente sempre foi um nível altamente elitista. Entretanto, antes de 64, o 2º grau caracterizava-se como um ensino de formação geral, visando à universida-



de, em cujo currículo observavam-se, embora em menor proporção, disciplinas da área de Ciências Humanas. Com a 5692, o ensino de 2º grau foi direcionado fundamentalmente para a formação de mão-de-obra (técnicos) e para diminuir a pressão da classe média sobre a universidade.

Tal política, entretanto, não obteve êxito. Entre os motivos de seu fracasso destacamos dois: primeiramente, o Estado não proviu recursos suficientes que propiciassem efetivamente a profissionalização no 2º grau; em segundo lugar, a política implantada não conseguiu diminuir a pressão em direção à universidade, pois, como já notamos, o 2º grau já era um nível elitista, em que a maioria dos jovens visavam ao ensino de 2º grau, em função de uma concepção ideológica segundo a qual a Educação apresentava-se como o principal canal de ascensão social.

Como conseqüência, hoje temos um ensino de 2º grau ainda altamente elitista (de cada 1.000 alunos que entram na 1ª série do 1º grau, menos de 20% chegam ao 2º grau), sem um objetivo geral definido. Na prática, temos tantos ensinos de 2º grau quantas são as escolas de 2º grau, sendo que não propiciam formação profissional, não preparam para a universidade e nem garantem uma formação geral adequada.

É neste contexto que se deve discutir a reintrodução das disciplinas de Ciências Humanas, e a questão básica que se coloca aos profissionais é esta: qual deve ser o papel das Ciências Humanas neste quadro caótico que se constitui, hoje, o 2º grau?

Passaremos a discutir especificamente a disciplina Psicologia, ressaltando, porém, que a mesma problemática também atinge Filosofia e Sociologia.

Alguns dados sobre o ensino de Psicologia no 2º grau

Nossos primeiros esforços no sentido de organizar a categoria para discutir a volta da disciplina ao 2º grau, datam de 1980, ano em que um grupo de profissionais assumiu o Sindicato dos Psicólogos no E.S.P. e o Conselho Regional de Psicologia/6ª

Região, através de um movimento conhecido na época como oposição sindical. Naquela data, juntamente com a Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP) e um grupo de filósofos, iniciamos uma série de encontros e discussões sobre o assunto. Lembremo-nos que naquele ano, ao tentarmos convocar os colegas interessados na área para um encontro, através do jornal do CRP, compareceram não mais que cinco profissionais. Em contraste com aquele quadro, o curso que o Sindicato e o CRP realizaram em outubro de 85, com o objetivo de discutir o programa para a disciplina, contou com a participação de 250 psicólogos só na Grande São Paulo.

O que houve neste curto espaço de tempo que “despertou” o interesse dos psicólogos para a docência no 2º grau?

O recente levantamento realizado pelo setor de Psicologia da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, órgão da Secretaria de Educação), tentando caracterizar o ensino de Psicologia no 2º grau, demonstrou, entre outras coisas, que pouco mais da metade desses profissionais possui formação específica na área. Além disso, pela análise dos livros didáticos utilizados, pode-se inferir que a disciplina Psicologia tem sido ministrada de uma forma burocratizada, como um conjunto de “pontos escolares” a serem ensinados, derivados de índices de livros, sem uma análise mais profunda sobre



as contribuições que tal disciplina poderia oferecer aos jovens.

Corroborando tais dados, a pesquisa patrocinada pelo CRP-Sindicato, realizada pelo DIEESE, sobre o perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo, em 1982, demonstrou que a categoria não valorizava a docência de 2º grau como uma área efetiva de trabalho.

Baseando-nos nessas duas fontes, podemos inferir que o crescente interesse dos psicólogos pela docência no 2º grau deveu-se muito mais às limitações do mercado de trabalho nas áreas tradicionais, em especial a clínica, do que a um processo de discussão e avaliação da contribuição que a Psicologia pode oferecer à sociedade.

Tal realidade coloca uma questão séria para a categoria: se a docência no 2º grau for assumida como um trabalho secundário, como um “bico”, certamente encontraremos sérias dificuldades para conseguirmos realizar um trabalho que seja reconhecido, por toda a comunidade escolar, como socialmente relevante. Transformaremos a Psicologia em mais uma das disciplinas de um currículo caótico a que o aluno estará submetido por mera obrigação.

Por outro lado, acreditamos que a Psicologia, juntamente com a Sociologia e a Filosofia, tem uma contribuição muito importante a oferecer aos jovens, e isto vai depender de nossa capacidade política de organização e sensibilidade na percepção das necessidades da clientela e da própria escola. Não queremos com isso assumir que a formação crítica do jovem dependerá exclusivamente das Ciências Humanas; embora reconheçamos que tal objetivo diz respeito a todos os educadores, não se pode negar que as disciplinas de Ciências Humanas poderão dar uma contribuição muito especial neste sentido.

O trabalho CENP-CRP-Sindicato.

Antes de continuarmos nessa linha de discussão, devemos destacar um novo fato que muito contribuiu para o avanço do trabalho relacionado com a disciplina Psicologia no 2º grau. A partir de 1984, formou-se um grupo de trabalho integrado por re-

presentantes do CRP, Sindicato e da CENP (Comissão de Ensino), com o objetivo de avaliar o ensino de Psicologia no 2º grau, elaborar uma proposta básica de programa para a disciplina e coordenar sua divulgação junto à categoria.

Há dois aspectos que devem ser salientados neste quadro. O primeiro é de natureza política: pela primeira vez, as entidades de classe tiveram a oportunidade de trabalhar conjuntamente com os órgãos de decisão da Secretaria de Educação. A avaliação parcial desse trabalho tem-se mostrado positiva, não só pelo produto até então conseguido, mas principalmente pelo fato de esse projeto estar sendo elaborado e conduzido não só pelo órgão normativo central da Secretaria, o que caracterizava até então a ação autoritária e centralizadora. Mesmo se considerarmos que tal união se deva às pessoas que presentemente atuam no setor de Psicologia da CENP, deve-se salientar que este trabalho já representa um fato político de grande importância e, caso seja impedido de continuar, significará a volta da tão combatida política autoritária na Educação. Nossa posição é que, além de fortalecer tal modelo de trabalho, podemos servir como exemplo para outras áreas. Entendemos que isto também significa a democratização do ensino, na medida em que os diversos setores profissionais participam dos níveis de decisão através de suas entidades de representação.

Um segundo aspecto a ser salientado diz respeito à própria proposta de programa elaborado pela equipe CENP-CRP-Sindicato. Partimos de uma questão-chave: qual a contribuição efetiva que a Psicologia pode apresentar para a vida dos jovens do 2º grau, levando-se em conta que a maioria deles não será psicólogo? Em outras palavras, em que o curso de Psicologia pode contribuir para a vida de um cidadão, numa sociedade capitalista como a nossa?

Como se observa no programa já divulgado, assumimos que a Psicologia pode contribuir no sentido de fornecer elementos que auxiliem o Homem a analisar as suas relações com o Mundo, ou seja, identificar e discutir

os fatores mediatos e imediatos que determinam ou interferem no seu comportamento, entendido aqui numa visão ampla, abrangendo tanto os eventos externos como os eventos internos.

Assim, entendemos que a Psicologia no 2º grau não deverá caracterizar-se como mero grupo de encontro, vestígio de uma ênfase clínico-terapêutica, como também não deverá cair no extremo oposto, caracterizando-se como uma disciplina burocrática em que o aluno deverá aprender uma série de informações irrelevantes para a sua vida. Nossa proposta é que a disciplina deve desenvolver um conteúdo básico, conteúdo este que seja relevante para o jovem, como um instrumento que o auxilie a analisar suas relações com o mundo.

A partir daí, propusemos dez grandes temas-chave e em cada um levantamos algumas sugestões de conteúdos. Os temas, em síntese, são os seguintes:

1º- caracterização da Psicologia como ciência que estuda as relações entre o comportamento e seu ambiente total, desmistificando as concepções do senso comum. Neste item incluem-se ainda as áreas de atuação desses profissionais, os problemas enfrentados em nossa sociedade;

2º- a questão da neutralidade científica, a imagem popular do cientista, a utilização das tecnologias no sistema capitalista e as perspectivas para o

desenvolvimento de uma ciência voltada para as necessidades da grande maioria da população;

3º- a relação comportamentos aprendidos x inatos, o papel do meio e da carga biológica, a desmistificação de certas crenças que dão suporte às discriminações e preconceitos sociais e raciais e a quem interessa a manutenção de tais crenças;

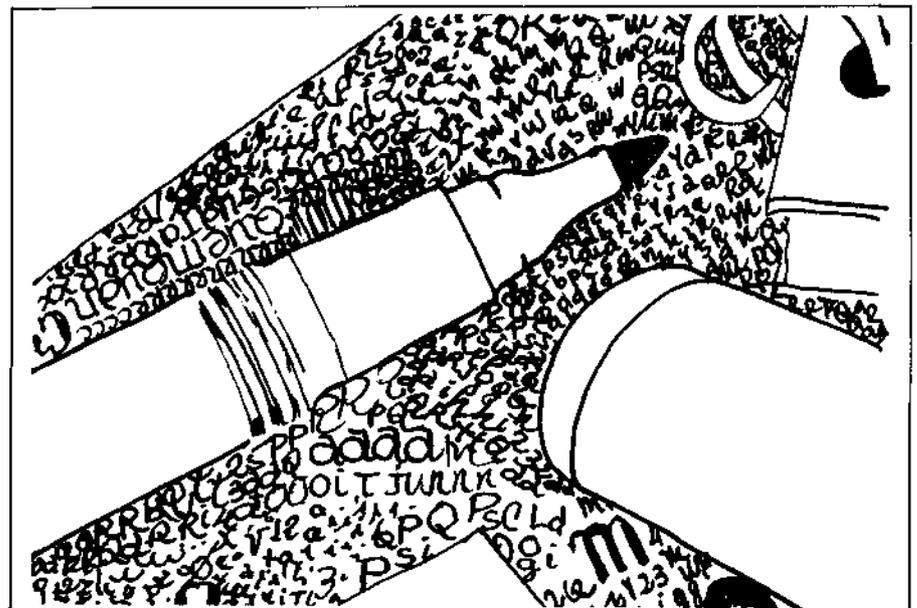
4º- conceito de normal x anormal, enfatizando-se o desenvolvimento histórico desde último em função das formas de produção e organização sociais;

5º- a questão da motivação humana, desmistificando-se as concepções populares em que o comportamento é função somente de fatores inerentes ao indivíduo, em que a influência do meio é descaracterizada; como esta visão adequou-se às concepções liberais subjacentes ao capitalismo,

6º- o problema da alienação, em que o Homem não toma consciência do seu papel e das verdadeiras relações sociais, além dos mecanismos e instrumentos utilizados para a manutenção desse quadro;

7º- a análise dos instrumentos de comunicação social, seus conteúdos veiculados e como afetam o comportamento dos homens;

8º- a questão da emoção e afetividade, como afetam o jovem, a pressão das instituições, o papel das regras morais e em especial o problema da sexualidade na adolescência;



9º- a análise da agressividade e da violência, como fenômenos determinados muito mais pelas condições concretas de vida do que por problemas individuais; as condições sociais que propiciam a violência e seus efeitos no comportamento;

10º- a questão do trabalho e da profissão, desmistificando-se as concepções populares de "vocação natural" e buscando identificar as verdadeiras causas que determinam a escolha profissional e a inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

Em função do exposto acima, uma questão final deve ser colocada: estamos preparados, enquanto categoria, para desenvolver tal trabalho? Como utilizar de forma relevante esse espaço que se abre no ensino de 2º grau?

Problemas e perspectivas

Numa primeira abordagem, baseando-se nos dados dos levantamentos e pesquisas realizados, podemos inferir que, enquanto categoria, deveremos enfrentar e resolver uma série de questões para a realização da tal tarefa. Entre as principais, podemos arrolar:

1. em função dos sistemas teóricos e dos modelos de atuação profissional introduzidos no Brasil, importados da Europa e dos EUA, a categoria historicamente não valorizou a área da docência com a devida importância. Com isto, a Psicologia perdeu um espaço concreto, a ponto de, por lei, o licenciado não poder ministrar outra disciplina que não seja Psicologia, mesmo que seja uma disciplina ligada à sua formação específica (Ex: Psicologia da Educação, Psicologia do Desenvolvimento etc...).

2. outra questão foi que, por receber uma formação com ênfase em Psicologia Clínica, nem sempre os profissionais que atuam no 2º grau têm conseguido utilizar eficientemente esse espaço docente, sendo que muitas vezes tal atuação é assumida como complementar a outras atividades profissionais. Assim, frequentemente se estabelece a confusão entre o "psicólogo que dá aula" e o "professor de Psicologia", iniciando-se pelo próprio profissional que, por se ver frustrado nas suas aspirações (quebra

do sonho do profissional autônomo), se envolve com a docência como atividade passageira, "até arrumar coisa melhor". Em função disto, a própria expectativa do pessoal da escola acaba também contribuindo com essa duplicidade de papéis, em que o licenciado em Psicologia acaba não sendo reconhecido como professor de Psicologia, mas alguém que está lá, capaz de "resolver problemas individuais".

3. relacionado com as questões acima, situa-se o problema dos currículos dos cursos de Psicologia, que também não prevêem adequadamente disciplinas que garantam a formação necessária para o trabalho docente no 2º grau.

4. os chamados cursos de Licenciatura, da forma como são ministrados na grande maioria das faculdades, não preparam o futuro professor para atuar no 2º grau. A questão chegou a tal ponto que a Licenciatura é colocada como um apêndice aos currículos, sendo que raramente seus conteúdos são discutidos. Deve-se salientar que este problema afeta a formação docente da grande maioria dos profissionais de todas as áreas. Além disso, tais disciplinas geralmente são ministradas por profissionais que nada têm a ver com a Psicologia, com cursos burocráticos, maçantes e ineficientes.

Apesar dessas dificuldades, não significa que os licenciados em Psicologia não possam vir a desempenhar um trabalho relevante no 2º grau. Ao contrário, a partir dessas dificuldades observadas devemos estabelecer um projeto de trabalho a longo prazo, que envolva todos os recursos disponíveis.

Neste sentido, temos defendido que:

1. é fundamental para a categoria uma revisão crítica de sua postura frente à questão do ensino de 2º grau, pois trata-se de uma área de inegável relevância social;

2. entendemos que um dos caminhos para o desenvolvimento de modelos de trabalho adequados para o 2º grau, está no fato dos profissionais terem oportunidades de estarem constantemente revendo e discutindo seus objetivos e práticas educacionais. Tal processo deve ocorrer em dois níveis:

inicialmente, na própria escola, juntamente com os demais docentes não só da área de Ciências Humanas, como também das demais áreas. Ou seja, os licenciados em Psicologia devem perceber que seu trabalho não deverá estar desvinculado do restante da escola, sendo este um problema político de organização interna, que atinge todos os educadores da escola. Isto implica assumir-se enquanto educador, cuja ação deve estar inserida no constante processo de repensar a escola, buscando coletivamente alternativas que transformem os objetivos e as práticas educacionais vigentes.

Num segundo nível, essa discussão deverá ocorrer entre os diversos docentes da disciplina, com o objetivo de socializar e ampliar as experiências desenvolvidas. Neste sentido, entendemos que as entidades de classe — CRP e Sindicato — juntamente com a CENP poderão desempenhar um papel fundamental, proporcionando constantes encontros estaduais ou regionais que facilitem tais experiências;

3. entendemos que é prioritário as faculdades iniciarem um processo de profunda revisão dos cursos de Licenciatura, com a participação dos profissionais da área, com o objetivo de melhor preparar os futuros licenciados para exercerem suas funções docentes no 2º grau;

4. finalmente, julgamos que este projeto é a longo prazo. Na verdade, entendemos que a contínua reflexão sobre os objetivos e práticas educacionais é uma condição para o constante aprimoramento profissional.

Espera-se que no decorrer desse trabalho, cada vez mais os licenciados em Psicologia que atuam no 2º grau assumam-se como educadores e não como profissionais desviados de suas "funções mais nobres", por força da restrição no mercado de trabalho. E neste sentido as entidades de classe terão um papel fundamental: facilitar a organização da categoria, criando as condições concretas para o desenvolvimento deste projeto, o qual significará nossa contribuição efetiva para a melhoria das condições de ensino e construção de uma escola mais crítica e democrática.